

GRUPO II – CLASSE I – PLENÁRIO

TC 015.529/2010-0

Apenso: TC 007.543/2010-7.

Natureza: Embargos de Declaração (Pedido de Reexame em Relatório de Auditoria).

Unidades: Instituto Nacional do Seguro Social e Ministérios da Defesa, da Fazenda, da Previdência Social e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Embargante: Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF.

Advogado: não há.

SUMÁRIO: AUDITORIA NO SISTEMA BRASILEIRO DE PREVIDÊNCIA PÚBLICA. AVALIAÇÃO DOS DÉFICITS, FONTES DE FINANCIAMENTO E EQUILÍBRIO ATUARIAL DOS DIVERSOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA PÚBLICA. DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES. PEDIDOS DE REEXAME CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONHECIMENTO. NÃO PROVIMENTO. CIÊNCIA AO EMBARGANTE E AOS INTERESSADOS.

RELATÓRIO

Adoto como relatório a instrução elaborada pelo auditor federal de controle externo da Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social – SecexPrevidência (peça 90), cujo pronunciamento solicitei em razão da especificidade da matéria, com a qual se manifestaram de acordo os dirigentes daquela unidade (peças 91/92):

“Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN (peça 88) contra o Acórdão 2.468/2013 – Plenário (peça 75), que apreciou Pedidos de Reexame interpostos contra o Acórdão 2.059/2012 – Plenário. Este, por sua vez, apreciou auditoria realizada no sistema de previdência pública, englobando seus diversos regimes, e resultou em determinações e recomendações a diversos órgãos, inclusive a STN.

2. A Embargante alega que a deliberação recorrida - Acórdão 2.468/2013-Plenário - não acolheu o seu Pedido de Reexame interposto contra os itens 9.4, 9.5, 9.6, 9.8, 9.10, e seus subitens, do Acórdão 2.059/2012 - Plenário. Daí o seu interesse em ‘obter dessa egrégia Corte esclarecimentos acerca do correto cumprimento da decisão conforme o entendimento desta Secretaria do Tesouro Nacional’ (Peça 88, p. 2).

ADMISSIBILIDADE

3. O Regimento Interno do TCU admite a oposição de Embargos de Declaração nos seguintes termos:

Art. 287. Cabem embargos de declaração quando houver obscuridade, omissão ou contradição em acórdão do Tribunal.

§ 1º Os embargos de declaração poderão ser opostos por escrito pela parte ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de dez dias, contados na forma prevista no art. 183, com indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissão.

4. No caso em exame, o Sr. Secretário do Tesouro Nacional foi notificado da deliberação recorrida em 27/9/2013, por meio do Ofício 0906/2013-TCU/SecexPrevidência (Peça 77), conforme AR juntado (Peça 85). Já o recurso foi protocolizado no Tribunal em 9/10/2013 (Peça 88, p. 1).

Satisfeito, portanto, o requisito temporal de dez dias previsto na norma regimental acima transcrita.

5. Em relação à indicação do ponto obscuro, contraditório ou omissão na deliberação embargada, verifica-se que a peça recursal não apresenta tal indicação. Entretanto, de acordo com o entendimento deste Tribunal, o juízo de admissibilidade de embargos de declaração se restringe ao atendimento dos requisitos gerais do art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, excluindo-se o exame, ainda que superficial, da existência de omissão, obscuridade ou contradição na deliberação recorrida, o que deve ser feito quando da análise de mérito. É o que foi assentado, por exemplo, nos Acórdãos 758 e 2.922 de 2013 do Plenário.

MÉRITO

Omissão, Obscuridade ou Contradição

6. A decisão embargada - Acórdão 2.468/2013 – Plenário - conheceu dos Pedidos de Reexame interpostos contra o Acórdão 2.059/2013 – Plenário e deu-lhes provimento parcial para excluir o item 9.9 e dar nova redação ao subitem 9.2.1, conferindo à parte dispositiva o seguinte teor:

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos pedidos de reexame e dar-lhes provimento parcial;

9.2. excluir o subitem 9.9 do acórdão recorrido;

9.3 dar a seguinte redação ao item 9.2.1 do acórdão 2.059/2012 – Plenário:

‘9.2.1 inclua, no Manual do Siafi e na página da STN na internet, memória de cálculo que possibilite a reconstrução do demonstrativo das receitas e despesas previdenciárias concernentes aos servidores públicos civis e militares da União, mediante consulta ao Siafi, na versão Gerencial, com o propósito de mitigar o risco de inconsistências nas informações publicadas no RREO e de violação do art. 53, inciso II, c/c art. 48, caput, da Lei Complementar 101/2000.’

9.4. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao Ministério da Previdência Social.

7. Pois bem, realizado o exame da peça recursal (Peça 88), verifica-se que a Embargante não indicou em qual ponto o acórdão embargado se mostra omissivo, obscuro ou contraditório. A rigor, não existe omissão, obscuridade ou contradição a ser suprida no Acórdão 2.468/2013 – Plenário em razão dos presentes embargos.

8. A Embargante alega que o seu Pedido de Reexame não foi aceito, por isso terá de cumprir, isolada ou conjuntamente com outros órgãos, as determinações contidas nos itens 9.8.1 e 9.10.2 do Acórdão 2.059/2012 - Plenário, abaixo transcritos:

9.8.1 passem a efetuar o registro contábil das despesas com os benefícios previstos nos arts. 65 a 73 da Lei nº 8.213/1991, que são pagos pelos empregadores (e que devem ser tratados como despesa da Previdência Social), bem como, no cômputo da arrecadação, que passem a demonstrar os valores de salário família e salário maternidade que são objeto de dedução das receitas arrecadadas (e que, considerando serem os valores dos benefícios contabilizados como despesa, devem ser contabilizados como receita da Previdência Social), conforme tratado no item 3.3.1 do relatório;

(...)

9.10.2 separem e classifiquem contabilmente as receitas provenientes das contribuições dos segurados especiais daquelas recolhidas pelos produtores rurais pessoa física, referidos na alínea ‘a’ do inciso V do art. 12 e no inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212/1991, respectivamente;’

9. Em relação ao item 9.8.1, esclarece que os registros contábeis só serão possíveis de discriminação após a entrada em operação do sistema desenvolvido pela Receita Federal do Brasil (2014), o que pode alterar rotinas contábeis hoje existentes. Enquanto isso não ocorrer, as informações constarão de demonstrativos extracontábeis.

10. No tocante ao item 9.10.2, aduz não ser factível registrar contabilmente a separação por tipo de segurado da previdência, mas apenas controlar os valores por relatórios extracontábeis.

Análise

11. Verifica-se que a Secretaria do Tesouro Nacional, ora Embargante, apresenta esclarecimentos que dizem respeito ao cumprimento das determinações contidas nos itens 9.8.1 e 9.10.2 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário. Ocorre que Embargos de Declaração não se prestam a tal finalidade, servindo apenas para o restrito caso de correção de omissão, obscuridade ou contradição a caso existente no acórdão embargado.

12. Ora, pela simples leitura do voto que sustenta o Acórdão 2.468/2013 – Plenário, verifica-se que as razões apresentadas no Pedido de Reexame com vistas a desconstituir as determinações contidas nos itens 9.8.1 e 9.10.2 foram devidamente analisadas. Em relação aos argumentos lançados contra o item 9.8.1, a Relatora Ana Arraes os enfrentou nos itens 11-17 de seu voto, e ao final entendeu que se deve negar provimento à recorrente neste ponto. Já em relação ao item 9.10.2, a questão foi apreciada nos itens 3-4 do voto (Peça 74). Daí porque não assiste razão à Embargante quando insinua haver omissão na decisão embargada.

13. A STN busca, na verdade, rediscutir o mérito da deliberação proferida, pela via estreita dos embargos declaratórios, o que não é admissível, consoante reiterada jurisprudência do TCU.

14. Por fim, será proposto conhecer dos Embargos e no mérito rejeitá-los. Cabe, porém, de ofício, informar à Embargante que os esclarecimentos apresentados nos presentes embargos serão apreciados oportunamente e em processo próprio, quando da realização do monitoramento de que trata o item 9.21 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário.

Elementos juntados pelo Ministério da Previdência Social (Peça 87)

15. A Ministra-Relatora Ana Arraes, em despacho proferido à Peça 89, solicita a esta SecexPrevidência que se manifeste sobre os elementos juntados pelo Ministério da Previdência Social (peça 87).

16. Trata-se do Ofício nº 045/2013/AECI-GM/MPS, de 4/10/2013, do Assessor Especial de Controle Interno do Ministro da Previdência Social, Sr. Celio Vasconcelos, em que encaminha as Notas Técnicas nº 01/2013/DRPSP/SPPS/MPS, de 06/09/2013 e nº 27/2013/DRGPS/SPPS/MPS, de 04/10/2013, e o Memorando nº 1329/CGOFC/DIROFL/INSS, de 01/10/2013, contendo manifestações do Ministério da Previdência Social sobre o atendimento às determinações do Acórdão nº 2059/2012 - TCU – Plenário.

17. Da mesma forma, como se trata de esclarecimentos acerca do atendimento às determinações do Acórdão nº 2059/2012 - TCU – Plenário, de ofício, cabe informar ao Ministério da Previdência Social que aqueles documentos serão apreciados oportunamente e em processo próprio, quando da realização do monitoramento de que trata o item 9.21 do referido acórdão.

CONCLUSÃO

18. Ante o exposto, submeto os autos à consideração superior, propondo:

a) conhecer dos Embargos de Declaração opostos pela Secretaria do Tesouro Nacional, com fulcro no art. 34, § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287, § 1º, do Regimento Interno/TCU, e no mérito **rejeitá-los**, mantendo o Acórdão 2.468/2013 – Plenário;

b) de ofício, informar à Embargante que os esclarecimentos apresentados pela via dos Embargos serão apreciados oportunamente e em processo próprio, quando da realização do monitoramento de que trata o item 9.21 do Acórdão 2.059/2012 – Plenário;

c) de ofício, informar ao Ministério da Previdência Social que os documentos encaminhados por meio do Ofício nº 045/2013/AECI-GM/MPS, de 4/10/2013, serão apreciados oportunamente e em processo próprio, quando da realização do monitoramento de que trata o item 9.21 do do Acórdão 2.059/2012 – Plenário;

d) dar ciência à Embargante e aos órgãos e entidades interessados.”



É o relatório.

VOTO

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, cabe conhecer dos embargos de declaração opostos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN contra o acórdão 2.468/2013 – Plenário.

2. A referida deliberação deu provimento parcial ao pedido de reexame interposto contra o acórdão 2.059/2012 – Plenário, que, por sua vez, apreciou auditoria realizada no sistema de previdência pública, englobando seus diversos regimes, e resultou em determinações e recomendações a diversos órgãos, inclusive à STN.

3. A embargante alegou que a deliberação recorrida não acolheu em grande parte seu pedido de reexame, por isso seu interesse em “obter dessa egrégia Corte esclarecimentos acerca do correto cumprimento da decisão conforme o entendimento desta Secretaria do Tesouro Nacional”.

4. Conforme evidenciado pela instrução transcrita no relatório que antecedeu este voto, a qual incorporei às minhas razões de decidir, a STN não logrou demonstrar a existência de omissão, obscuridade ou contradição na deliberação recorrida. Deve-se, portanto, negar provimento ao recurso.

5. A embargante apresentou, na verdade, dificuldades operacionais para fiel cumprimento das determinações de que foi destinatária, o que, conforme bem apontado pela Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social – SecexPrevidência, será objeto de avaliação quando da realização do monitoramento a que se refere o item 9.21 do acórdão 2.059/2012 – Plenário.

6. Dar ciência desse propósito à STN é a única medida que se mostra conveniente neste momento, o que pode ser feito por meio do envio de cópia desta deliberação àquela secretaria.

7. O Ministério da Previdência Social – MPS também juntou, a estes autos, elementos que foram objeto de análise pela SecexPrevidência.

8. Conforme verificado pela unidade instrutora, trata-se tão somente de esclarecimentos quanto ao atendimento às determinações do acórdão 2.059/2012 – Plenário.

9. Também a avaliação das providências tomadas pelo MPS está prevista para ser realizada quando do monitoramento supracitado. Destarte, a exemplo da medida adotada em relação à STN, convém dar ciência desta deliberação àquele ministério.

Ante o exposto, VOTO por que o Colegiado aprove a minuta de acórdão que submeto à sua consideração.

TCU, Sala das Sessões, em 29 de janeiro de 2014.

ANA ARRAES

Relatora

ACÓRDÃO Nº 559/2014 – TCU – Plenário

1. Processo TC 015.529/2010-0.
- 1.1. Apenso: TC 007.543/2010-7.
2. Grupo II – Classe I – Embargos de Declaração.
3. Embargante: Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF.
4. Unidades: Instituto Nacional do Seguro Social e Ministérios da Defesa, da Fazenda, da Previdência Social e do Planejamento, Orçamento e Gestão.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
- 5.1. Relatora da deliberação recorrida: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social – SecexPrevidência.
8. Advogado: não há.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração interpostos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN contra o acórdão 2.468/2013 – Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pela relatora, com fulcro nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos e negar-lhes provimento; e

9.2. enviar cópia do inteiro teor desta deliberação à Secretaria do Tesouro Nacional e ao Ministério da Previdência Social.

10. Ata nº 7/2014 – Plenário.
11. Data da Sessão: 12/3/2014 – Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-0559-07/14-P.
13. Especificação do quorum:
 - 13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, José Jorge, José Múcio Monteiro e Ana Arraes (Relatora).
 - 13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

(Assinado Eletronicamente)
JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES
Presidente

(Assinado Eletronicamente)
ANA ARRAES
Relatora

Fui presente:

(Assinado Eletronicamente)
PAULO SOARES BUGARIN
Procurador-Geral